



PREFEITURA DE
BOTUCATU

AUDIÊNCIA DE ELABORAÇÃO

LDO 2024

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é um instrumento de planejamento que determina as metas e prioridades da administração pública e serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- ◆ Constituição Federal – Art. 165, inc. II.**
- ◆ Lei de Responsabilidade Fiscal – Art. 48, § 1.º , inc. I.**
- ◆ Lei Orgânica do Município – Art. 52, inc. XVIII e art. 111, inc. II e § 2.º**

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA LDO

- ◆ Deve estar compatível com PPA.
- ◆ Define critérios e formas para limitação de empenho.
- ◆ Estabelece condições para transferências de recursos a entidades privadas.
- ◆ Autoriza o Município a auxiliar no custeio de despesas a outros entes públicos.
- ◆ Autoriza limite para realocação de recursos orçamentários.
- ◆ Define as despesas consideradas irrelevantes.
- ◆ Define o montante e a forma de utilização da Reserva de Contingência.
- ◆ Define as condições para a renúncia de receita.
- ◆ Estabelece os critérios e limitações para apresentação das emendas impositivas.



EXPECTATIVAS DE MERCADO

Para a LDO 2024 utilizou-se as seguintes projeções macroeconômicos:

Índices	2023	2024	Utilizado para
PIB (% a.a.)	1,00%	1,40%	Crescimento da Economia
IPCA (% a.a.)	6,00%	4,16%	Índice Oficial (Política Monetária)
IGPM (% a.a.)	2,14%	4,14%	Correção Contratos
INPC (% a.a.)	5,16%	3,30%	Revisão Geral Anual

Fonte: 1 - Relatório Focus de 05/05/2023 – Banco Central do Brasil.

2 - Projeção INPC efetuada com base LDO 2024 Governo Federal.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Focus

Relatório de Mercado

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis



REFEITURA DE
BOTUCATU

— 2023 — 2024 — 2025 — 2026

RECEITA PÚBLICA



METODOLOGIA CÁLCULO 2024

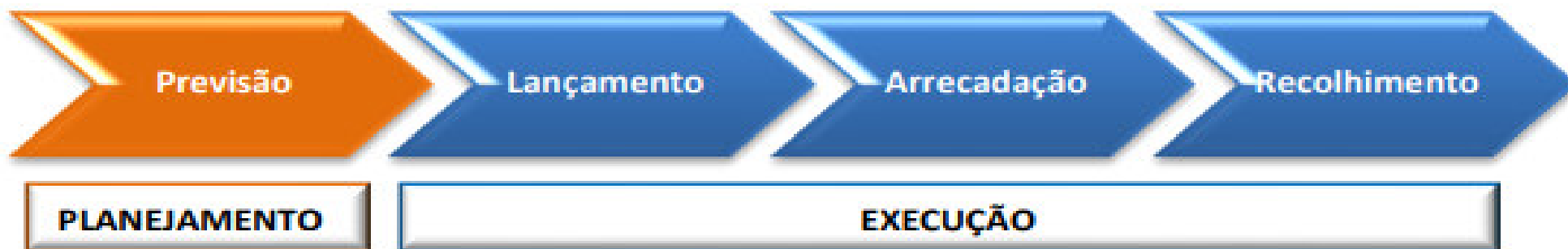
A Lei de Responsabilidade Fiscal, assim determina em seu Art. 12:

“As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico e qualquer outro fator relevante, acompanhada da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

Desta forma as premissas adotadas na previsão das principais receitas para exercício de 2024, teve como ponto de partida o valor efetivamente arrecadado em 2022, aplicando-se as estimativas dos indicadores econômicos para os exercícios de 2023 e 2024, excluídas as receitas atípicas (emendas parlamentares, convênios de repasse União/Estado, auxílios extraordinários), a renúncia de receita (Lei Complementar Municipal n.º 1.287/2021 - isenção ITBI, IPTU, ISS e Taxas para Casa Verde e Amarela / Minha Casa Minha Vida), acrescida do saldo remanescente da Operação Crédito, do Aporte para cobertura Déficit Atuarial (Lei Complementar Municipal n.º 1.231/2022), Transferência Estadual (Centro de Longevidade Ativa) e Transferência Federal (Auxílio Financeiro - Lei Aldir Blanc).

ESTÁGIOS DA RECEITA

A previsão da Receita é entendida como etapa única do estágio de planejamento orçamentário, sendo um indicador extremamente importante na gestão pública e de papel fundamental no processo de estabelecimento das prioridades de gasto.



Segundo a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, a Receita Total, terá as seguintes subdivisões de acordo com sua origem:

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

IPTU, ISS e TAXAS

Estimados de acordo com o valor arrecadado no exercício 2022 e previsões dos indicadores econômicos.

ITBI

Este imposto é fortemente afetado pela atividade do mercado imobiliário, bem como da taxa de juros e políticas de incentivos para aquisição de imóveis, sendo estimado de acordo com o arrecadado no exercício 2022 e previsões dos indicadores econômicos.

IMPOSTO DE RENDA

Por se tratar de uma retenção incidente sobre a renda, os principais fatores para previsão de arrecadação aos cofres municipais são os índices aplicados sobre a correção salarial dos servidores municipais e as retenções incidentes sobre os prestadores de serviço.

DÍVIDA ATIVA E MULTA E JUROS

Estimada considerando o histórico de arrecadação.

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

CONTRIBUIÇÕES AO RPPS

Receitas provenientes, tanto da contribuição do servidor, quanto da contribuição patronal, destinadas à manutenção do regime próprio de previdência e estimadas de acordo com a projeção de folha de pagamento e cálculo atuarial.

CIP – Custeio Iluminação Pública

As receitas são estimadas considerando seu crescimento histórico, o índice de reajuste da energia elétrica, além do crescimento vegetativo em função da implantação de novos conjuntos residenciais.

RECEITAS PATRIMONIAIS

Receitas referente aos rendimentos das aplicações financeiras, estimadas de acordo com o saldo médio das contas bancárias lançadas no exercício anterior, o fluxo de caixa previsto e a taxa média de juros de curto prazo (Selic) estimados.

RECEITA DE SERVIÇOS

Receita referente a prestação de serviço de transporte de passageiros (Empresas de Transporte Intermunicipal - Terminal Rodoviário), estimado de acordo com o valor arrecadado no exercício 2022 e previsões dos indicadores econômicos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

FPM

Estimado considerando o histórico de arrecadação.

ICMS

Estimado considerando o histórico de arrecadação, com base nas possíveis alterações no IPM (Índice Participação dos Municípios), através das informações prestadas pela Secretaria de Fazenda do Estado.

IPVA

Estimado considerando o histórico de arrecadação e informações prestadas pela Secretaria de Fazenda do Estado com relação a variação da frota do município, variação de preço dos veículos automotores novos e usados.

FUNDEB

Estimado considerando o histórico de arrecadação, previsões de repasse com base na Portaria Conjunta Ministério da Educação / Ministério da Economia.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS

Estimadas com base nas expectativas de formalização de convênios e ou manutenção daqueles já em andamento, junto as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura, através de informações repassadas pelas Secretarias de Estado e ou Ministérios.

RECEITAS DE CAPITAL

Estimada considerando possível transferência de recurso estadual (Centro de Longevidade Ativa) e saldo remanescente da operação crédito (canalização Ribeirão Lavapés)



**PREFEITURA DE
BOTUCATU**

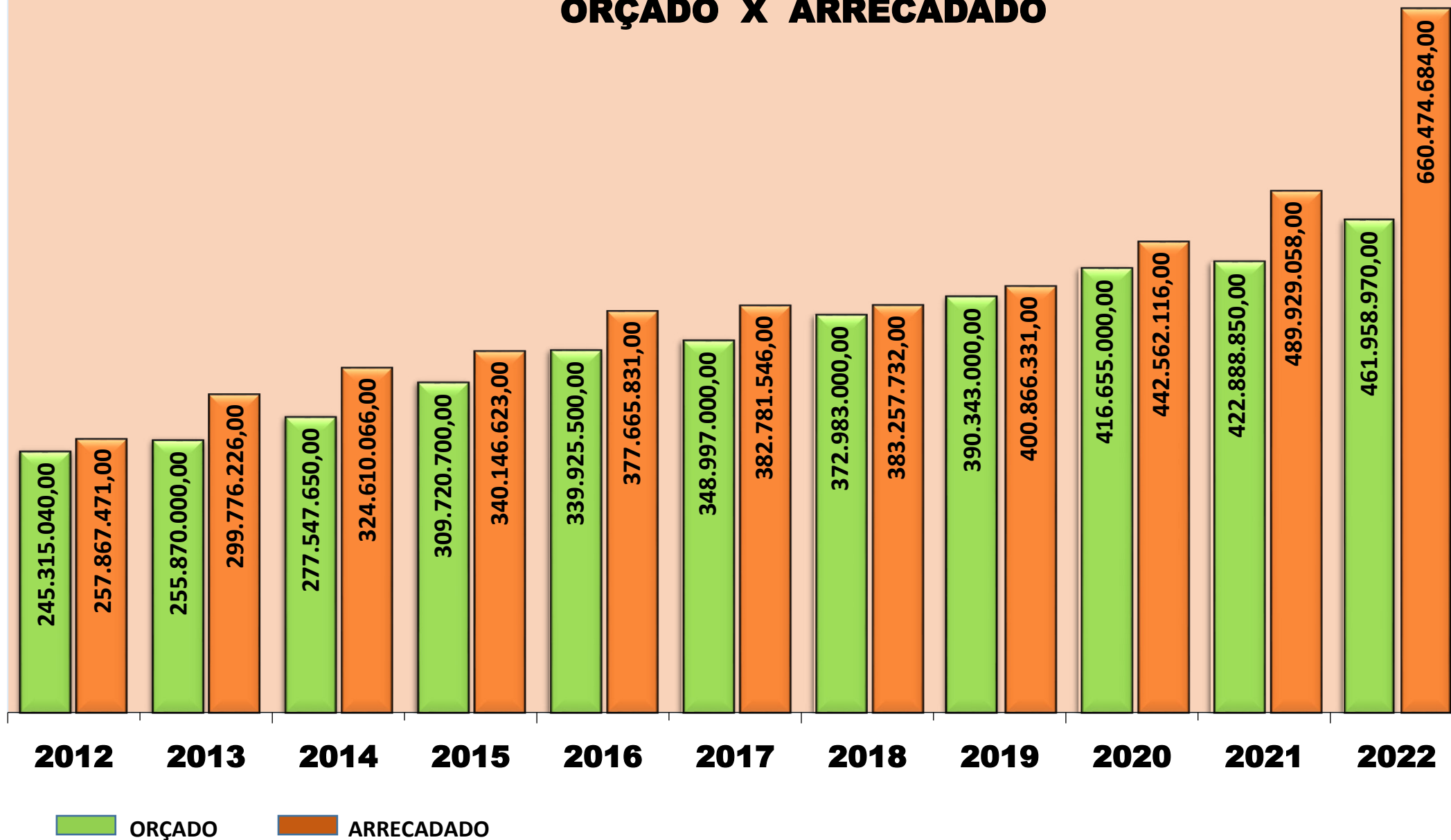
DADOS CONSOLIDADOS - RECEITA

	Arrecadado 2022	Estimado 2024	
Administração Direta	592.392.773	645.248.500	94,23%
→ Receitas Tributárias	138.961.514	151.627.000	20,87%
→ Receita de Contribuição	11.815.588	13.350.000	4,30%
→ Receita Patrimonial	14.135.785	14.968.400	4,25%
→ Receita de Serviços	214.637	240.000	0,03%
→ Transferências Correntes	470.098.357	508.033.500	69,93%
→ Outras Receitas Correntes	8.438.166	8.863.600	1,98%
→ Receitas de Capital	5.625.989	12.510.000	1,72%
→ Retenção p/ formação Fundeb	(56.897.263)	(64.344.000)	(8,86%)
Administração Indireta	68.081.911	81.285.000	5,77%
→ Receitas de Contribuições (Botuprev)	68.081.911	81.285.000	5,77%
	660.474.684	726.533.500	100,00%

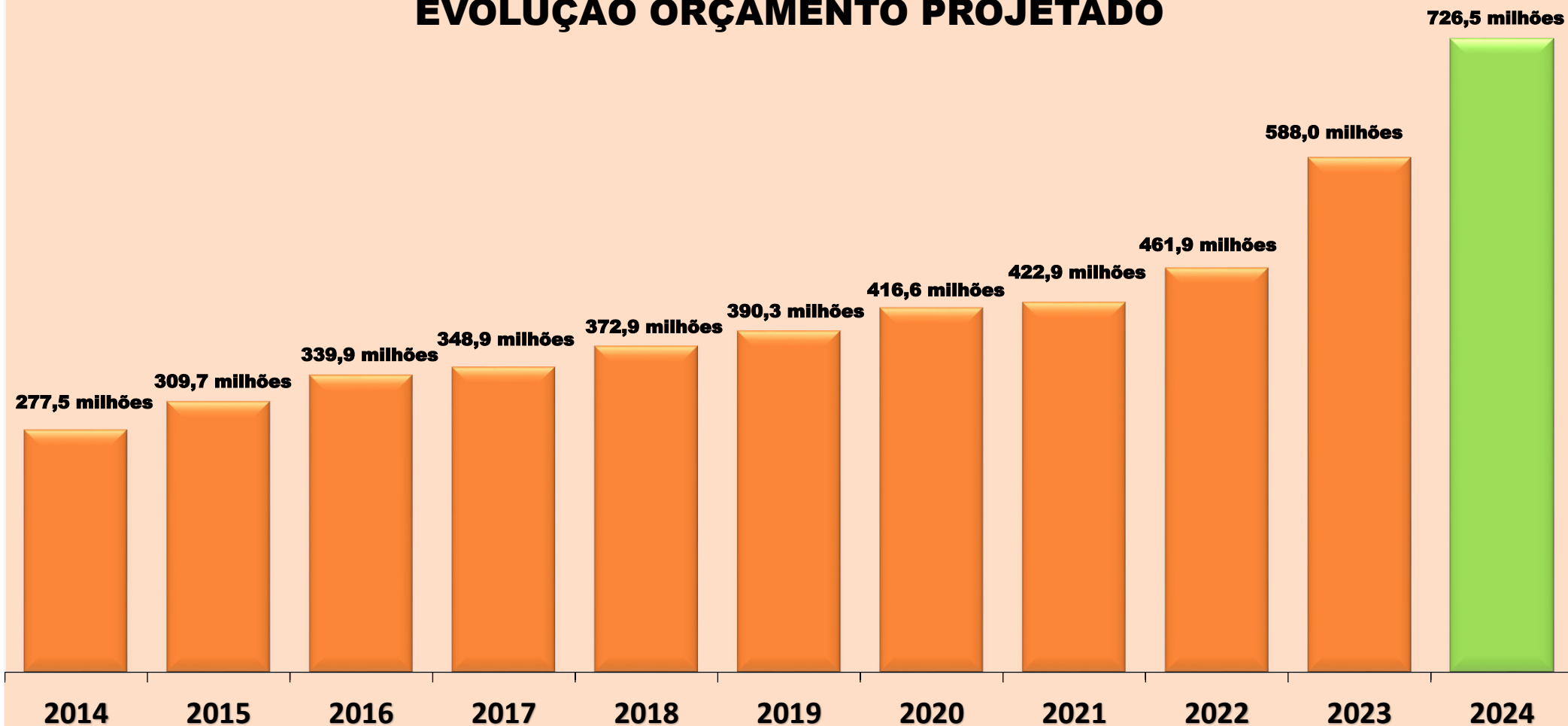


PREFEITURA DE
BOTUCATU

ORÇADO X ARRECADADO



EVOLUÇÃO ORÇAMENTO PROJETADO



PREFEITURA DE
BOTUCATU

DESPESE PÚBLICA



ESTÁGIOS DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA DESPESA

Fixação da Despesa: A área de planejamento e orçamento fixa a despesa em montante igual a previsão da receita. Esta etapa representa o montante de crédito inicial destinado às unidades orçamentárias (Secretarias) de acordo com seu histórico de consumo ou demandas estabelecidas para o exercício.

Programação Orçamentária e Financeira: Tem como objetivo ajustar o ritmo da execução orçamentária (Despesas) ao fluxo de recebimento de recursos (Receitas), tendo em vista que a arrecadação acontece ao longo do exercício, caso essa não ocorra conforme previsto (frustração de receita), a Secretaria de Governo, responsável pela programação orçamentária/financeira, deverá promover a limitação de empenhos, com vistas a impedir um resultado negativo (déficit primário).



Após realizadas as etapas acima, a despesa pública entra nos estágios previstos pela Lei Federal n.º 4.320/64, a saber, e na seguinte sequência:

Empenho, Liquidação e Pagamento.

Empenho: consiste na reserva da dotação orçamentária para atender determinada despesa pública. É formalizado pela emissão da nota de empenho.

Liquidação: é o segundo estágio da execução da despesa orçamentária e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor/fornecedor tendo por base a análise do serviço prestado ou do bem adquirido. Segundo a lei 4.320/64, uma despesa só poderá ser paga após a sua regular liquidação.

Pagamento: é o terceiro estágio da despesa, que consiste na entrega do recurso financeiro ao credor/fornecedor.

Para fins de relatórios gerenciais e legais, durante o exercício financeiro consideram-se os valores liquidados, ao final do exercício, os valores empenhados.

Para o exercício de 2024 as dotações orçamentárias da despesa foram consignadas para cada unidade orçamentária (Secretarias), de acordo com seu histórico de consumo e ou demandas estabelecidas para o período, já compatíveis com o Plano de Contratação Anual (PCA) – Nova Lei de Licitações.

DESPESAS ESTIMADAS POR SECRETARIAS

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (U.O.)	LDO 2023	PLDO 2024
Câmara	6.711.000	7.332.000
Gabinete Prefeito	12.215.000	12.424.600
Sec. Habitação e Urbanismo	2.084.000	2.170.600
Sec. Educação	170.309.000	205.981.050
Sec. Governo	18.009.500	23.222.500
Sec. Saúde	136.772.000	147.187.000
Sec. Esportes	6.570.000	8.926.050
Sec. Segurança	6.794.400	9.740.100
Sec. Assistência Social	20.281.000	27.084.300
Sec. Cultura	6.693.100	6.905.600
Sec. Infraestrutura	55.084.500	45.372.000
Sec. Verde	5.514.000	5.691.100
Procuradoria	4.453.000	6.829.000
Sec. Comunicação	2.867.000	2.900.000
Sec. Desenvolvimento Econômico	4.386.000	5.025.500
Sec. Zeladoria	0,00	38.925.100
Encargos Gerais do Município	65.576.000	89.532.000
Instituto Previdência - Botuprev	63.680.500	81.285.000
TOTAL	588.000.000	726.533.500

RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS POR ÓRGÃOS

PLDO 2024				
Órgãos	Receitas	%	Despesas	%
Administração Direta	645.248.500	88,81	645.248.500	88,81
Câmara	-	0,00	7.332.000	1,01
Prefeitura	645.248.500	88,81	*637.916.500	87,80
Administração Indireta	81.285.000	11,19	81.285.000	11,19
Botuprev	81.285.000	11,19	81.285.000	11,19
Orçamento Geral	726.533.500	100,00	726.533.500	100,00

Obs : - * incluso no montante dos 637.916.500, as emendas parlamentares individuais.

Secretaria Municipal de Governo

Departamento Planejamento e Orçamento



PREFEITURA DE
BOTUCATU